Conta a pagar

Não se consegue perceber que uma das contas mais difíceis de pagar é a do desemprego rural



Mauro de Rezende Lopes
Economista do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV

A sobrevalorização do real representava um imposto implícito sobre as exportações do complexo agroindustrial brasileiro, cujas conseqüências foram medidas em estudo levado a efeito pelo Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getulio Vargas, que mediu os efeitos das políticas públicas sobre a eficiência e a competitividade do agribusiness brasileiro. O imposto, por incidir sobre os agricultores que não podiam transferi-lo para fora do setor, a menos que o abandonassem, representava uma distorção sobre setores de exportação que deveriam se desenvolver após a abertura comercial. Prejudicava o setor agrícola na medida em que barateava os custos de produtos importados, que competiam com a produção doméstica. Com a abertura de setores importantes do agronegócio brasileiro acabaram sofrendo uma concorrência ruinosa com o produto importado, sob a forma de um subsídio implícito aos produtos provenientes do exterior.

Se algum benefício havia, através da importação de fertilizantes e componentes de princípios ativos de defensivos, cujos efeitos podiam melhorar o desempenho do setor, estes eram muito pequenos em relação à menor remuneração dos fatores domésticos usados nas explorações agrícolas, tais como a terra, o trabalho e o capital. O balanço final da sobrevalorização cambial era sempre negativo para o setor. Aliado à importação de produtos subsidiados no exterior, importados livremente, sem quaisquer mecanismos de defesa da concorrência comercial, o câmbio sobrevalorizado teve efeitos altamente negativos sobre a produção nacional de produtos exportáveis e produtos que substituiriam os produtos importados.

Os efeitos da sobrevalorização cambial e da importação sem defesa comercial foram de tal magnitude que geraram um notável desemprego no setor rural brasileiro. A sociedade não se deu conta de quantos empregos estavam sendo perdidos com a queda da área de cultivo de algodão e leite em pó (dois produtos intensivos no uso da mão-de-obra rural), trigo e arroz, para citar apenas alguns exemplos. O Brasil passou de quarto produtor mundial e sexto exportador mundial de algodão para a posição ímpar de maior importador do mundo da fibra – gastando quase US$1 bilhão nas importações de fibra e subprodutos do algodão. O país chegou a importar cerca de 2 milhões de toneladas de arroz e quase 6 milhões de toneladas de trigo.

As importações atingiram outros elos das cadeias agroindustriais, como a cadeia do algodão e dos produtos têxteis, atingindo outros subsetores, como os de fios, tecidos e confecções, produtos industrializados do trigo e produtos lácteos. Enquanto isso, o câmbio sobrevalorizado passava a representar um subsídio implícito para quem importava, produtos cujos setores produtores acabaram tendo que solicitar ao governo regimes especiais, tais como os que foram implementados para o setor calçadista, a linha branca, os produtores automotivos – criando-se exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul.

As conseqüências desta sobrevalorização do câmbio estão nas manchetes dos jornais e dispensam comentários: a inflação volta a assaltar o pesadelo do país. O que não se consegue perceber é que uma das contas mais difíceis de pagar permanece ignorada pela maioria da população, possivelmente incapaz de somar todas as contas que são a causa do seu empobrecimento (déficit fiscal, aumento da dívida interna, aumento da dívida das empresas, necessidade de aumento dos juros, recessão e tudo mais que se segue, inexoravelmente). O desemprego rural, que gera o desemprego urbano, é, sem sombra de dúvida, uma das contas que deveria preocupar muito o homem da cidade.